

PROCESSO Nº. 067/2020.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2020.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES (COMPUTADORES, LAVANDERIA, AR CONDICIONADO E BEBEDOUROS) E MOBILIÁRIO EM GERAL PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TARUMÃ

SENHOR PREFEITO MUNICIPAL:

Apraz-nos vir à elevada presença de Vossa Excelência, para apresentar-lhe as razões de convencimento da Pregoeira, acerca da manifestação de revogabilidade do Processo n.º 067/2020, Pregão Presencial n.º 034/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de equipamentos permanentes (computadores, lavanderia, ar condicionado e bebedouros) e mobiliário em geral para as unidades de saúde do município de Tarumã.

Preliminarmente, queremos consignar que o processo em tela teve início a partir da apresentação de documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde, abrangendo a requisição de compras requerendo a abertura do certame licitatório.

O processo teve a sua tramitação regular, com a expedição de edital para convocação das eventuais empresas interessadas na participação do referido certame, procedidos de todos os demais atos concernentes ao processo, nos termos da legislação vigente, bem como foi devidamente efetuada a publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário Oficial do Município de Tarumã (regional) - a fim de que ocorresse definitivamente a divulgação do edital, conforme preceitua a Lei de Licitações.

Contudo, apesar de todo o trâmite do processo licitatório ter ocorrido de forma regular, ou seja, dentro dos limites da Lei Federal n.º 8.666/93, posteriormente, durante revisão de ordem técnica, constatou-se que a junção de objetos de natureza distinta, em tese, poderia restringir o universo de participantes vilipendiando o princípio da competitividade.

Assim, a Presidente da COMUL, em conluio com a Equipe de Apoio, entende que, para sanar o vício, a feitura de novo procedimento licitatório é medida de rigor para a Administração Pública Municipal.

Vejamos o inciso I, § 1º do artigo 3º da Lei 8666/93:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

Ainda, nos termos do art. 15, IV, da Lei 8.666/1993, as compras, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

Na mesma linha, o § 1º do art. 23 dessa lei determina que as compras efetuadas pela Administração sejam divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Desta forma, tendo em vista que no presente caso há itens de natureza distinta, necessária se faz seu desmembramento em processos licitatórios de acordo com cada ramificação de objeto.

A anulação de licitação decorre de ato ilegal cometido tanto na fase interna como na fase externa desde devidamente comprovada a justa causa para a conclusão do ato administrativo.

Em que pese ao efeito *ex tunc* da nulidade, sendo que retroage às suas origens, não produzindo efeitos jurídicos provenientes desta relação, restando a administração velar pela legitimidade de seus atos e corrigir os ilegais.

DECISÃO:

Por estes fatores e outros fatos supervenientes que foram expostos, e que visem de fato atender ao interesse público presente, é que definitivamente propomos que o Processo n.º 067/2020, Pregão Presencial n.º 034/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de equipamentos permanentes (computadores, lavanderia, ar condicionado e bebedouros) e mobiliário em geral para as unidades de saúde do município de Tarumã, salvo melhor juízo, smj, seja devidamente **ANULADO**, nos exatos termos do artigo 49, §1º da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, em face dos motivos aqui expendidos.

Em consequência desta posição, pedimos vênha para que os autos sejam devidamente remetidos à elevada apreciação do Sr. Prefeito Municipal, para em despacho motivado determinar o que for de direito.

Tarumã, em 23 de abril de 2020.

LOUISE CAROLINE GONÇALVES CORDEIRO PRADO
Presidente da Comul

De acordo.

Remeta-se à apreciação da autoridade superior, nos termos das Leis Federais n.ºs 8.666/93, e demais legislações aplicáveis à espécie.

Tarumã, em 23 de abril de 2020.

HILARIO VETORE NETO
ADVOGADO MUNICIPAL
OAB/SP 233.737

DESPACHO DE ANULAÇÃO

REF. PROCESSO N. 067/2020

PREGÃO PRESENCIAL N. 034/2020

Examinados os atos e termos do procedimento de licitação – Processo n.º 067/2020, do Pregão Presencial n.º 034/2020, e tendo verificado:

1.- Que a r. decisão da Presidente da Comul, expressa que houve a prática de ato irregular no processo;

2.- Que recomenda, a ANULAÇÃO do presente certame licitatório, em face da irregularidade na faculdade prevista no artigo 49, §1.º da Lei nº 8.666/93, vez que a junção de objetos de natureza distinta, em tese, poderia restringir o universo de participantes vilipendiando o princípio da competitividade.

3.- Que tais fatos, devidamente comprovados, caracterizam-se como suficientes para justificar a anulação do procedimento licitatório, pois que presentes as relevantes razões.

ANULO, com fundamento no artigo 49, §1.º da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de Junho de 1993, e de suas posteriores alterações, o Processo n.º 067/2020, do Pregão Presencial n.º 034/2020, que tem por objeto o Registro de Preços para aquisição eventual de equipamentos permanentes (computadores, lavanderia, ar condicionado e bebedouros) e mobiliário em geral para as unidades de saúde do município de Tarumã, devido os fatos acima expostos.

Publique-se, para ciência dos interessados, observadas as prescrições legais pertinentes.

Regularize-se o processo.

Tarumã, em 23 de abril de 2020.

OSCAR GOZZI
PREFEITO MUNICIPAL



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F1C8-42EC-4845-ABF1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ LOUISE CAROLINE GONÇALVES CORDEIRO PRADO BREGAGNOLI (CPF 015.846.681-05) em 23/04/2020 10:47:33 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ OSCAR GOZZI (CPF 403.647.128-72) em 23/04/2020 16:06:14 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ HILARIO VETORE NETO (CPF 297.742.398-22) em 23/04/2020 16:27:26 (GMT-03:00)
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://taruma.1doc.com.br/verificacao/F1C8-42EC-4845-ABF1>